



## ESPELHO DE EMENDAS DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA				
5030 - Com. Direitos Humanos e Minorias		50300005				
MODALIDADE DA EMENDA		SITUAÇÃO DO SUBPROJETO				
Comissão		Inclusão de Despesa				
ÁREA DE GOVERNO						
Presidência e Relações Exteriores						
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO		TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA				
990 Atípica / Outras		500 *Atípico(Não Prev.Na Tabela)				
LOCALIDADE BENEFICIADA						
9000000 - Nacional						
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE						
Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção						
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA				
Orçamento Fiscal		20155 - Subsecretaria de Direitos Humanos				
TEXTO DA EMENDA						
99.999.0153.9999						
Ação Atípica						
AJUSTE O SUBTÍTULO - Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção - Nacional						
ESPECIFICAÇÃO DA META			QUANTIDADE			
A definir(unidade de atendimento apoiada)			10			
REGISTRO SUBVENÇÃO						
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)						
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido			
3	Outras Despesas Correntes	99 A Definir	2 10.000.000			
4	Investimentos	99 A Definir	2 5.000.000			
TOTAL .....			15.000.000			
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS						
SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
005729	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	0	15.000.000
005729	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	15.000.000
JUSTIFICATIVA						
<p>Após o reordenamento institucional promovido em 1995 com a extinção do CBIA não se definiu uma nova estrutura no Governo Federal para o gerenciamento das ações relativas às medidas protetivas previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>Soma-se a isso o empobrecimento da população no período 1995 à 2005, além do crescimento da violência intrafamiliar e extrafamiliar contra as crianças e adolescentes, tornando a maior causa de morte o extermínio de adolescentes e jovens no Brasil. Além disso, o consumo de drogas cresceu de maneira extraordinária neste período.</p> <p>Faça-se necessário assim a estruturação do sistema de medidas protetivas para dar proteção àquelas crianças e adolescentes que necessitem de apoio sócio-familiar, bem como apoio para tratamento e assistência devido ao consumo de drogas e ou estão em situação de rua.</p> <p>Assim, busca-se com essa ação estruturar em 10 municípios capitais o atendimento a essas crianças e adolescentes com a meta de beneficiar 500 crianças e adolescentes em cada capital, ou seja R\$ 1.000.000,00 para cada município, que totaliza R\$ 10.000.000,00. Para estruturar esses serviços é necessária a dotação com equipamentos e veículos para o melhor funcionamento, sendo que 10 municípios com R\$ 500.000,00 para a aquisição desses materiais permanentes, totalizam R\$ 5.000.000,00</p> <p>COMENTÁRIOS S/ OS EFEITOS DO NÃO ATENDIMENTO À PROPOSTA 2006:</p> <p>1 à Permanência de crianças e adolescentes na rua e desabrigadas;</p> <p>2 à Crianças e adolescentes sem tratamento de drogas;</p> <p>3 à Extermínio de crianças e adolescentes;</p> <p>4 à Municípios sem programas de proteção;</p> <p>5 à Denúncia do Brasil na Corte Interamericana por descumprimento das normas internacionais de atendimento às crianças e adolescentes;</p> <p>6 à Denúncia do Brasil na ONU por não atendimento das recomendações da Comissão dos Direitos Humanos da ONU.</p> <p>Esta ação abrange a estruturação de sistemas municipais de proteção às crianças e adolescentes com o intuito de atender a demanda que encontra-se em</p>						